

# **PROGRAMA DE AUTOVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

**2015-2017**

**CPA/UNIVEL**



**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS**

**DE CASCAVEL – UNIVEL**

**CASCAVEL – PARANÁ**

**2015**

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>2. A INSTITUIÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2.1 IDENTIFICAÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2.2 HISTÓRICO E PERFIL INSTITUCIONAL .....</b>	<b>6</b>
<b>2.3 HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIVEL .....</b>	<b>15</b>
<b>3. COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA.....</b>	<b>17</b>
<b>3.1 COMPOSIÇÃO DA CPA .....</b>	<b>17</b>
<b>3.2 FUNÇÕES DA CPA .....</b>	<b>18</b>
<b>3.3 FUNÇÕES DO COORDENADOR DA CPA .....</b>	<b>20</b>
<b>3.4 FUNCIONAMENTO DA CPA.....</b>	<b>20</b>
<b>4. CONCEPÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....</b>	<b>21</b>
<b>4.1 DIRETRIZES.....</b>	<b>21</b>
<b>4.2 PRINCÍPIOS.....</b>	<b>22</b>
<b>4.3 OBJETIVOS.....</b>	<b>22</b>
<b>4.3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....</b>	<b>22</b>
<b>4.4 ARTICULAÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COM O PDI E PPCS</b>	<b>23</b>
<b>5. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>23</b>
<b>5.1 CONCEITOS.....</b>	<b>23</b>
<b>5.2 DIMENSÕES OBSERVADAS NA AVALIAÇÃO.....</b>	<b>23</b>
<b>5.2.1 CURSOS DE GRADUAÇÃO .....</b>	<b>27</b>
<b>5.2.2 INSTITUCIONAL – IES .....</b>	<b>29</b>

<b>5.3 AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) .....</b>	<b>33</b>
<b>5.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS E INDICADORES .....</b>	<b>33</b>
<b>5.4.1 QUESTIONÁRIOS .....</b>	<b>33</b>
<b>5.4.2 ANÁLISE DOCUMENTAL .....</b>	<b>35</b>
<b>5.4.3 OUVIDORIA .....</b>	<b>35</b>
<b>5.4.4 GRUPO FOCAL .....</b>	<b>35</b>
<b>5.5 SENSIBILIZAÇÃO .....</b>	<b>36</b>
<b>5.6 DIAGNÓSTICO .....</b>	<b>36</b>
<b>6. AVALIAÇÃO EXTERNA .....</b>	<b>37</b>
<b>6.1 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO ESTUDANTES (ENADE) .....</b>	<b>37</b>
<b>6.2 PLANO DE AÇÃO DE MELHORIAS E ACOMPANHAMENTO AVALIAÇÃO EXTERNA DE CURSOS – AUTORIZAÇÃO, RECONHECIMENTO OU RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO .....</b>	<b>37</b>
<b>6.3 AVALIAÇÃO EXTERNA INSTITUCIONAL – CREDENCIAMENTO E RECDENCIAMENTO .....</b>	<b>37</b>
<b>7. CONSOLIDAÇÃO .....</b>	<b>38</b>
<b>7.1 RELATÓRIO ANUAL DE AUTOAVALIAÇÃO .....</b>	<b>38</b>
<b>7.2 RELATO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>38</b>
<b>8. DIVULGAÇÃO .....</b>	<b>38</b>
<b>9. METAS PARA A CPA 2015-2017 .....</b>	<b>38</b>
<b>9.1 PLANO DE AÇÃO .....</b>	<b>39</b>
<b>9.2 ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>42</b>
<b>10. BALANÇO CRÍTICO DA CPA .....</b>	<b>42</b>
<b>11. FONTES BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>42</b>

## **1. INTRODUÇÃO**

A Autoavaliação da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Cascavel - UNIVEL é Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) instituída e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional do CONAES. O processo avaliativo constitui-se em um sistema que permite a integração das diversas dimensões da realidade da UNIVEL. O processo de Autoavaliação Institucional na UNIVEL tem como objetivo fazer um diagnóstico da qualidade dos processos, estruturas, recursos humanos e pedagógicos, laboratórios básicos, específicos e de prática profissional para aperfeiçoamento dos cursos e serviços ofertados pela Instituição. Ocorre de forma sistemática e permanente buscando o acompanhamento das atividades administrativas em conformidade com o plano de desenvolvimento institucional.

A instituição vem realizando a avaliação continuamente, desde a promulgação da Lei 10.861/2004 que institui o SINAES, levantando indicadores de fragilidades e consolidando os pontos fortes da instituição, estabelecendo estratégias de superação dos mesmos. A avaliação institucional interna está consolidada e envolve discentes, docentes, professores, coordenadores, funcionários técnicos administrativos, egressos e comunidade externa. Desse modo o processo de avaliação busca a valorização da participação de todos os seguimentos de forma democrática, garantindo transparência, credibilidade, confiabilidade e envolvimento.

O Sistema Nacional de Educação Superior (SINAES) instituído a Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, estabeleceu que compete a Comissão Nacional da Educação Superior (CONAES), como órgão colegiado de supervisão e coordenação do SINAES, estabelecer diretrizes, critérios e estratégias para o processo de avaliação, em conformidade com suas atribuições legais de coordenação e supervisão do processo de avaliação da educação superior. A portaria nº 2.051 de 09 de julho de 2004, regulamenta os procedimentos de avaliação e prevê que a auto-avaliação constitui uma das etapas do processo avaliativo e será coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), com o objetivo de proceder à autoavaliação nas Instituições de Ensino Superior (IES). A Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Cascavel – UNIVEL apresenta e desenvolve uma avaliação pautada nas

diretrizes estabelecidas pelo CONAES buscando a melhoria contínua da qualidade dos processos educacionais.

## 2. A INSTITUIÇÃO

### 2.1 IDENTIFICAÇÃO

A Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel – FCSAC é mantida pela União Educacional de Cascavel – UNIVEL, tendo seu Estatuto Social registrado sob nº 0001433/26, Livro A-381, folhas 159/187, em 23/07/2015, no Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, em Cascavel – Paraná. É uma Associação de caráter educacional, cultural e assistencial, sem fins econômicos, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda CNPJ/MF sob o nº 80.882.772./0001-33, com sede e foro à Avenida Tito Muffato, nº 2317, Bairro Santa Cruz, CEP: 85.806-080, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, ambas sediada no mesmo endereço.

O credenciamento da Faculdade deu-se pelo Decreto Ministerial s/nº, de 10/02/1995, publicado no DOU de 13/02/1995, que autorizou inicialmente o CST em Processamento de Dados, o credenciamento foi oficializado e publicado no DOU de 29/04/2015 – Seção I – pg. 31 através da Portaria/MEC nº 317, de 30/04/2015..

**Da Mantida:** Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel, localizada no mesmo endereço da mantenedora, credenciada pelo Decreto Ministerial de 10/02/1995, publicado no DOU de 13/02/95. Foi instituída a faculdade, sem fins lucrativos, com a autorização para o curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados, modificado para curso Superior de Tecnologia em Análise de Desenvolvimento de Sistemas, por meio da portaria nº. 3406, de 30/09/2005. As atividades acadêmicas tiveram início no dia 26/02/1996, cujo Regimento da referida foi aprovado pela portaria nº. 1740, de 08/08/2001. Trata-se de uma Instituição de Ensino Superior, dotada de moderníssimas instalações com amplas salas de aula, biblioteca, laboratórios, núcleo de prática jurídica, tribunal de júri, auditório com 528 poltronas, praça de alimentação, estacionamento

asfaltado para docentes e discentes com capacidade para 1.200 carros. Possui todas as adequações necessárias aos portadores de necessidades especiais tais como: segurança, sinalização e estacionamento identificado. Todas estas dependências administrativas estão localizadas numa área total construída de 24.219m<sup>2</sup> e área livre para futuras edificações de 97.682,84 m<sup>2</sup>. A CPA - Comissão Própria de Avaliação está em pleno funcionamento, com reuniões mensais e avaliações institucionais contínuas, com divulgação para a comunidade acadêmica.

## 2.2 HISTÓRICO E PERFIL INSTITUCIONAL

O credenciamento da Faculdade deu-se pelo Decreto Ministerial s/nº, de 10/02/1995, publicado no DOU de 13/02/1995, que autorizou inicialmente o CST em Processamento de Dados, o recredenciamento foi oficializado e publicado no DOU de 29/04/2015 – Seção I – pg. 31 através da Portaria/MEC nº 317, de 30/04/2015. A IES apresenta como Missão “Ser um centro de excelência em Educação Superior, orientado para gerar consciência crítica, formando empreendedores com o perfil que as transformações da sociedade exigem, integrados com a realidade regional”, constante do PDI.

O município de Cascavel onde está situada a IES de acordo com a estimativa do IBGE, de 29/08/2013 possui atualmente 310.000 habitantes e localiza-se na Região Oeste do Paraná, concentrando polos agrícolas e industriais, além de uma próspera rede de ensino superior, que atrai estudantes de todo o estado e de algumas outras regiões do Brasil.

Entre alunos da graduação e pós-graduação Lato Sensu a Faculdade soma pouco mais de 6.000 alunos, atualmente oferta diversos cursos na modalidade presencial e à distância, que são; Bacharelados: Administração renovado Portaria nº 703 de 18/12/2013, DOU 19/12/2013; Ciências Contábeis renovado Portaria nº 703 de 18/12/2013, DOU 19/12/2013; Direito renovado Portaria nº 154 de 04/04/2013, DOU 05/04/2013; e Jornalismo renovado Portaria nº 522 de 15/10/2013, DOU 17/10/2013; Licenciatura: Artes reconhecido Portaria nº 648 de 10/12/2013, DOU 11/12/2013; e Pedagogia autorizado Portaria nº 245 de 05/07/2011, DOU 06/07/2011; Tecnólogos: CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas renovado Portaria nº 286 de 21/12/2012, DOU 27/12/2012;

CST em Gastronomia reconhecido Portaria nº 408 de 30/08/2013, DOU 02/09/2013; CST em Gestão Ambiental renovado Portaria nº 820 de 30/12/2014, DOU 02/01/2015; CST em Gestão Comercial renovado Portaria nº 703 de 18/12/2013, DOU 19/12/2013; CST em Gestão de Recursos Humanos renovado Portaria nº 703 de 18/12/2013, DOU 19/12/2013; CST em Gestão Financeira renovado Portaria nº 703 de 18/12/2013, DOU 19/12/2013; CST em Gestão em Logística renovado Portaria nº 703 de 18/12/2013, DOU 19/12/2013; e CST em Processos Gerenciais renovado Portaria nº 703 de 18/12/2013, DOU 19/12/2013. Na modalidade à Distância o CST em Segurança no Trabalho (EAD) autorizado Portaria nº 170 de 17/04/2013, DOU 18/04/2013.

Em 2015 foram publicadas novos cursos a seguir: Engenharia de Produção autorizado Portaria nº 267, de 27/03/2015, DOU 30/03/2015, Bacharelado em Publicidade e Propaganda autorizado Portaria nº 268, de 27/03/2015, DOU 30/03/2015, Tecnologia na Modalidade à Distância: CST em Gestão de Recursos Humanos autorizado Portaria nº 317, de 30/04/2015, DOU 04/05/2015; CST em Gestão Comercial autorizado Portaria nº 318, de 30/04/2015, DOU 04/05/2015; CST em Gestão Financeira autorizado Portaria nº 319, de 30/04/2015, DOU 04/05/2015; CST em Logística autorizado Portaria nº 320, de 30/04/2015, DOU 04/05/2015 e CST em Processos Gerenciais autorizado Portaria nº 321, de 30/04/2015, DOU 04/05/2015.

A Faculdade apresenta um Perfil de cursos na área de Ciências Sociais Aplicadas, Tecnologias e Ciências humanas.

Além das graduações, são ofertados cursos de Pós Graduação Lato Sensu de iniciativa própria e em convênio com as renomadas Instituições do País, entre elas, FGV Fundação Getulio Vargas, INBRAPE Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas, são ofertados cursos nas áreas de graduação da Faculdade atendendo a perspectiva dos egressos na educação continuada. A Faculdade preocupada com a qualificação dos docentes, firmou convênios com as instituições a seguir: UFSC Universidade Federal de Santa Catarina – MINTER/2001 em Ciências da Computação; UFPR Universidade Federal do Paraná – MINTER/2013 em Direito e PUC/PR Pontifícia

Universidade Católica do Paraná – MINTER/2014 em Administração, todos concluídos com sucesso.

A cidade de Cascavel localiza-se na Mesorregião Oeste do Paraná, sendo o 5o município mais populoso do Estado, é considerada a Capital do Oeste do Paraná, responde por um PIB de 3,8 bilhões. O principal setor econômico de Cascavel é o agronegócio, com mais de 5.000 estabelecimentos agropecuários. Ainda há acerca de 15.458 estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços em plena expansão. Pela sua localização, o município prosperou no comércio de exportação de produto agroindustrial e na prestação de serviços, com destaque para o setor atacadista, de saúde e de ensino superior. Outros ramos que têm experimentado forte crescimento são os de metalurgia e confecção.

A microrregião de Cascavel é uma das microrregiões do estado brasileiro do Paraná pertencente à mesorregião Oeste Paranaense. Sua população foi estimada em 2010 pelo IBGE em 459.734 habitantes e está dividida em dezoito municípios. Possui uma área total de 8.516,073 km<sup>2</sup>.

A mesorregião do Oeste Paranaense é uma das dez mesorregiões do estado brasileiro do Paraná. É formada pela união de cinquenta municípios agrupados em três microrregiões com total de 1.138.582 habitantes com grau de urbanização de 81,6 segundo IPARDES.

A crescente força do agronegócio e da economia da região exige profissionais cada vez mais capacitados para atuação em várias áreas, entre elas destaca-se a atuação empresarial, tanto nos interesses de ordem interna, quanto nos de ordem internacional.

**A seguir os principais acontecimentos históricos que marcaram sua consolidação como IES de referência na mesorregião Oeste do Paraná:**

No ano de 1990, houve criação por meio do Estatuto de 14/03/1990 e abertura oficial com o CNPJ nº 80.882.772/0001-33 de 14/03/1990 da Mantenedora denominada União Educacional de Cascavel – UNIVEL, sociedade civil de caráter educativo, cultural e





filantrópico, sem fins lucrativo, registrada no Cartório de Registro de Título e Documentos, sob nº. 0001433/016, Livro A – 015, fls. 156/172, Pessoas Jurídicas, da Comarca de Cascavel/PR, localizada na Avenida Tito Muffato, 2317, Bairro Santa Cruz, CEP 85 806 - 080, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

A Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel - FCSAC, localizada no mesmo endereço da mantenedora, credenciada pelo Decreto Ministerial de 10/02/1995, publicado no DOU de 13/02/95, teve início com a autorização para funcionamento do seu primeiro curso superior, o Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados, com 80 vagas anuais.

Ainda no ano de 1995, foram autorizados outros 3 cursos superiores: Administração (Decreto de 22/03/1995), com 80 vagas anuais; Ciências Econômicas (Decreto de 22/03/1995), com 80 vagas anuais; Direito (Decreto de 14/08/1995), com 80 vagas anuais.

No dia 25 de fevereiro de 1996 iniciou o funcionamento da Faculdade, no período noturno e em sistema seriado semestral, totalizando 320 acadêmicos. O primeiro local de funcionamento ocorreu no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, situada na Rua Rio Grande do Sul, 675 – Centro – Cascavel/PR, que possuía Ensino Fundamental e Médio, com contrato de locação por 05 anos.

Em 1997 foram oferecidos os primeiros cursos de pós-graduação *lato sensu*: Marketing e Propaganda, Direito Civil e Processual e Psicopedagogia, totalizando 197 alunos matriculados na Pós, em 4 turmas. Na graduação já eram 533 alunos matriculados.

Em 1998 foram ofertados dois novos cursos de pós-graduação *lato sensu* na área de Gestão, com 83 alunos nas duas novas turmas, e a Faculdade cresceu para 845 alunos matriculados na graduação.

No ano de 1999, a Faculdade autorizou o curso de Ciências Contábeis, com 100 vagas anuais, Portaria nº 797, de 18/05/1999. Também autorizou o curso de Comunicação Social (habilitação em Jornalismo), com 100 vagas anuais, Portaria nº 1495, de

19/10/1999. Neste mesmo ano reconheceu o curso de Administração (Portaria nº 1321, de 03/09/1999). Foram ofertados 7 turmas de pós-graduação *lato sensu*, nas áreas de Gestão e Informática, totalizando 294 alunos matriculados na Pós. A Faculdade alcançou o total de 1.002 alunos matriculados na graduação.

Em 2000, a Faculdade contava com 1.183 alunos matriculados. Neste ano foram reconhecidos os cursos de CST em Processamento de Dados (Portaria nº 514, 13/04/2000) e Ciências Econômicas (Portaria nº 228, de 23/02/2000). Na pós-graduação foram ofertados 9 turmas nas áreas de Gestão e Educação, com 342 alunos matriculados.

As atividades de extensão tomaram impulso nas áreas jurídicas e sociais com a criação do Núcleo de Prática Jurídica e Núcleo de Estudos Jurídicos e Sociais. O Núcleo de Prática Jurídica, inaugurado no ano de 2000 somou-se ao projeto do curso e apresentou-se como uma extensão da Faculdade. O NPJ surgiu como uma alternativa de construção do conhecimento e a partir disso a Faculdade passou a contar com diversos projetos de extensão.

No ano de 2001, a Faculdade possuiu um reconhecimento importante da qualidade do seu curso de Direito, a Comissão de Ensino Jurídico do Conselho Federal da OAB RECOMENDA (Diário da Justiça, de 18/01/2001) o reconhecimento do Curso, o MEC publicou o reconhecimento do Curso através da Portaria nº 692, em 05/04/2001. O curso de Direito também possuiu a ampliação das suas vagas deferida pelo Ministro da Educação, em 11/05/2001, passou a ser 220 vagas totais anuais nos períodos diurno e noturno. Na pós-graduação foram ofertados 13 turmas nas áreas de Gestão, Informática e Direito, com 628 alunos matriculados. Na graduação a Faculdade contava com 1.474 alunos.

Em 2002, foram ofertadas 6 turmas na pós-graduação, na área de Gestão, com 277 alunos matriculados. Na graduação a Faculdade contava com 1.812 alunos. Também o atendimento do Núcleo de Prática Jurídica alcançava a quantidade de 727, nas áreas Civil e Família, demonstrando a responsabilidade social da Faculdade na região e é mantida ao longo dos anos.



No ano de 2003, foi reconhecido o curso de Ciências Contábeis (Portaria nº 3699, de 09/12/2003). Na pós-graduação houve um aumento expressivo, foram ofertados 40 turmas nas áreas de Gestão, Educação, Informática e Direito, com 1.776 alunos matriculados. Na graduação a Faculdade contava com 2.013 alunos. Também foi implantada a Jornada Científica da Graduação, organizada pelos colegiados de curso e discentes.

Em 2004, a Faculdade autorizou o CST em Vendas e Varejo (Portaria nº 3572, de 29/10/2004), com 150 vagas anuais. Também reconheceu o curso de Jornalismo (Portaria nº 2073, de 09/07/2004). Na pós-graduação foram ofertadas 14 turmas nas áreas de Gestão, Educação e Direito, com 669 alunos matriculados. Na graduação a Faculdade contava com 2.203 alunos.

O Centro de Pesquisa e Extensão da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel foi criado em 2004 e é um órgão acadêmico vinculado a Direção Geral da Faculdade, tem por objetivo apoiar e promover o desenvolvimento de atividades de iniciação científica, pesquisa e extensão, também foi criado o Grupo de Pesquisa em Administração (GPEAD) com a finalidade de pesquisas nas áreas da Administração. Também foram criados 4 Estudos Temáticos para fomentar as pesquisas e a extensão: o NECOM - Núcleo de Comunicação do Curso de Comunicação Social; o NEPEN - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Negócios Organizações; o NEPEA - Núcleo de Estudos de Pedagogia e Artes; o NETEC – Núcleo de Tecnologia dos cursos de Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Por meio da resolução 003/2004 a Faculdade criou o NEJUS - Núcleo de Estudos Jurídicos e Sociais, para estimular a pesquisa no âmbito do curso de Direito. Também foi criada a Revista de Estudos Jurídicos e Sociais (REJUS) que é parte integrante do NEJUS e regida por regulamento próprio aprovado pelo Colegiado do Curso de Direito da UNIVEL.

No ano de 2005, a Faculdade Renovou o Reconhecimento do Curso de Direito (Portaria nº 2693, de 29/07/2005), com 275 vagas anuais nos turnos diurno e noturno.

Também foram renovados os reconhecimentos dos seguintes cursos: Administração (Portaria nº 3701, de 17//10/2005); CST em Processamento de Dados (Portaria nº 3406, de 30/09/2005) que passou a se chamar CST em Desenvolvimento de Sistemas de Informação. Na pós-graduação foram ofertadas 9 turmas nas áreas de Gestão e Direito, com 412 alunos matriculados. Na graduação a Faculdade contava com 2.319 alunos.

Em 2006, a Faculdade ofereceu na pós-graduação 14 turmas nas áreas de Gestão, Educação, Informática e Direito, com 639 alunos matriculados. Na graduação a Faculdade contava com 2.055 alunos matriculados.

No ano de 2007 foi autorizado o funcionamento dos cursos CST em Gestão de Recursos Humanos (Portaria nº 323, de 29/04/2007), com 150 vagas, e CST em Gestão Financeira (Portaria nº 281, de 05/04/2007), com 150 vagas totais anuais. Por meio da Portaria nº 187, de 15/02/2007, foram alteradas a denominação de Desenvolvimento de Sistemas de Informação para Análise e Desenvolvimento de Sistemas, bem como a denominação de Vendas no Varejo para Gestão Comercial. Na pós-graduação foram ofertadas 17 turmas nas áreas de Gestão e Direito, com 654 alunos matriculados. Na graduação a Faculdade contava com 2.042 alunos.

Em 2008, a Faculdade autorizou o Curso Superior de Tecnologia em Logística (Portaria nº 29, 21/01/2008), com 100 vagas totais anuais. Também reconheceu o CST em Gestão Comercial (Portaria nº 320, de 09/07/2008). Na pós-graduação foram ofertados 17 turmas nas áreas de Gestão, Comunicação Social e Direito, com 701 alunos matriculados. Na graduação a Faculdade contava com 2.396 alunos.

No ano de 2009, foi autorizado o curso de Artes (Portaria nº 1619, de 13/11/2009), licenciatura, com 120 vagas totais anuais. Também foi autorizado o CST em Gestão Ambiental (Portaria nº 72, de 26/02/2009), com 100 vagas totais anuais. O curso de Ciências Contábeis ampliou suas vagas para 150 anuais (Portaria nº1477, de 05/10/2009). Na pós-graduação foram ofertadas 14 turmas nas áreas de Gestão, Comunicação Social e Direito, com 549 alunos matriculados. Na graduação a Faculdade contava com 2.886 alunos.

Em 2010 foram autorizados mais dois novos cursos de graduação, o CST em Processos Gerenciais (Portaria nº 81, de 12/05/2010), com 100 vagas totais anuais, e o CST em Gastronomia (Portaria nº 123, de 17/08/2010), com 120 vagas totais anuais. Na pós-graduação foram ofertados 17 turmas nas áreas de Gestão, Informática e Direito, com 649 alunos matriculados. Na graduação a Faculdade contava com 2.923 alunos.

No ano de 2011 a Faculdade autorizou o Curso Superior de Pedagogia (Portaria nº 245, de 005/07/2011), licenciatura, com 120 vagas totais anuais; reconheceu o CST em Gestão Financeira (Portaria nº 488, de 20/12/2011); renovou os reconhecimentos dos cursos de Administração (Portaria nº 303, de 02/08/2011) e Ciências Contábeis (Portaria nº 412, 11/10/2011, DOU de 14/10/2011); também ampliou para 230 vagas anuais o curso de Ciências Contábeis (Portaria nº 236, de 29/06/2011). Na pós-graduação foram ofertadas 23 turmas nas áreas de Gestão, Ambiental, Informática e Direito, com 852 alunos matriculados. Na graduação a Faculdade contava com 3.220 alunos. Também ofereceu 54 cursos de Extensão que atingiram 1.549 participações.

Em 2012 foram reconhecidos os cursos de CST em Gestão Ambiental (Portaria nº 39, de 19/04/2012), CST em Logística (Portaria nº 12, de 02/03/2012), renovou o reconhecimento do CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (Portaria nº 286, de 21/12/2012), e ampliou o número de vagas do curso de Administração para 200 vagas anuais (Portaria nº 324, de 28/12/2012). Na pós-graduação foram ofertadas 19 turmas nas áreas de Gestão, Ambiental, Comunicação Social e Direito, com 722 alunos matriculados. Na graduação a Faculdade contava com 3.661 alunos. Também ofereceu 85 cursos de Extensão que atingiram 2.309 participações.

No ano de 2013, a Faculdade realizou mais um avanço importante para consolidar o seu crescimento na região Oeste do Paraná, por meio da Portaria nº 325, de 16/04/2013, foi Credenciada para atuar na Educação a Distância (EAD) tendo sua Sede como Polo inicial. Também autorizou o CST em Segurança no Trabalho, na modalidade EAD, com 500 vagas totais anuais (Portaria 170, de 17/04/2013).

Em 2013, foram renovados os cursos de Jornalismo (Portaria nº 522, de 15/10/2013) e Direito (Portaria nº 154, de 04/04/2013) e CST em Gestão Comercial (Portaria nº 410, de 30/08/2013).

No mesmo ano, foram reconhecidos os cursos de: CST em Gestão de Recursos Humanos (Portaria nº 195, de 10/05/2013), CST em Processos Gerenciais (Portaria nº 328, de 24/07/2013), CST em Gastronomia (Portaria nº 408, de 30/08/2013) e licenciatura em Artes (Portaria nº 648, de 10/12/2013).

E ainda em 2013, renovou o reconhecimento de 7 cursos: Administração (Portaria nº 703, de 18/12/2013), Ciências Contábeis (Portaria nº 703, de 18/12/2013), CST em Gestão Comercial (Portaria nº 703, de 18/12/2013), CST em Gestão de Recursos Humanos (Portaria nº 703, de 18/12/2013), CST em Gestão Financeira (Portaria nº 703, de 18/12/2013), CST em Logística (Portaria nº 703, de 18/12/2013) e CST em Processos Gerenciais (Portaria nº 703, de 18/12/2013).

Na pós-graduação foram ofertadas 22 turmas nas áreas de Gestão, Ambiental, Informática, Comunicação Social e Direito, com 875 alunos matriculados. Na graduação a Faculdade contava com 3.731 alunos. Também ofereceu 110 cursos de Extensão que atingiram 3.005 participações.

Em 2014 a Instituição ofereceu 14 cursos de graduação presencial e 1 curso na modalidade à distância (EaD) totalizando 4.300 alunos matriculados.

Ainda em 2014, renovou o reconhecimento de 3 cursos: Jornalismo (Portaria 695, de 17/11/2014) e CST em Gastronomia (Portaria 697, de 17/11/2014) e CST em Gestão Ambiental (Portaria 820, de 30/12/2014).

No início de 2015 foram autorizados os cursos de Engenharia de Produção (Portaria nº 267, de 27/03/2015) e Publicidade e Propaganda (Portaria nº 268, de 27/03/2015).

Em 2015 foi publicada a portaria de credenciamento da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel, (Portaria nº 423, de 28/04/2015. DOU de 29/04/2015 – Seção I – p.31) foi publicada ainda as portarias dos seguintes cursos na modalidade à distância - EAD: CST em Gestão de Recursos Humanos (Portaria nº 317, de 30/04/2015. DOU de 04/05/2015); CST em Gestão Comercial (Portaria nº 318, de 30/04/2015. DOU de 04/05/2015); CST em Gestão Financeira (Portaria nº 319, de 30/04/2015. DOU de 04/05/2015); CST em Logística (Portaria nº 320, de 30/04/2015. DOU de 04/05/2015) e CST em Processos Gerenciais (Portaria nº 321, de 30/04/2015. DOU de 04/05/2015).

Preocupada com o processo de educação continuada para egressos e docentes, a UNIVEL oferece cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* de iniciativa própria e em convênio com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e com o Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos (INBRAPE). Totalizando 21 MBAs nos quais se encontram matriculados em torno de 1.667 alunos.

Em convênio com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) foi realizado o Mestrado – MINTER em Direito, com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) o Mestrado – MINTER em Ciências da Computação, e com a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) o Mestrado – MINTER em Administração com a participação de 16 docentes da Faculdade, para qualificação do corpo docente.

### 2.3 HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIVEL

A Avaliação Institucional é um processo permanente e integrador, cuja abrangência alcança todas as Instituições de Ensino Superior do país. No Brasil, podem ser registradas muitas experiências de Avaliação Institucional, resultantes de atendimento a programas governamentais ou a partir de iniciativas das próprias instituições. Em 2004, através da Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, foram lançadas as bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior, através do SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES é parte integrante do conjunto de políticas desenvolvidas pelo Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - MEC/INEP,

desde 2004. Foi constituído com a finalidade de analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados. Tem como órgão colegiado de supervisão e coordenação a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. Em termos gerais, o referido Sistema objetiva assegurar o processo nacional de avaliação das Instituições de Educação Superior, dos cursos de Graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. A concepção definida é de que a avaliação deve envolver aspectos quantitativos e qualitativos, avaliação interna e externa, avaliação educativa e avaliação para fins de regulação. A avaliação educativa tem um compromisso maior de aprimorar a qualidade do projeto de ação da Universidade. Da mesma forma, os resultados da avaliação constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento da IES, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

O sistema de avaliação em cada Instituição de Ensino Superior foi também regulamentado pela Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES, que, no seu artigo 11, determinou a criação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, em cada IES, com as atribuições de conduzir o processo de avaliação interna das Universidades/Faculdades/Escolas, de sistematização e prestação das informações solicitadas pelo INEP.

A UNIVEL tem como missão: “Ser um centro de excelência em Educação Superior, orientado para gerar consciência crítica, formando empreendedores com o perfil que as transformações da sociedade exigem, integrados com a realidade regional”. A IES busca “ser reconhecida como uma Instituição universitária de referência local e regional”. Para tanto, zela por:

- Qualidade e compromisso do corpo docente;
- Aquisição de competências institucionais para o desenvolvimento do ensino e da extensão de qualidade;
- Consolidação da extensão universitária;



- Qualidade da oferta do ensino presencial e implantação gradativa do ensino à distância;
- Bem-estar e satisfação da comunidade acadêmica;
- Qualidade da gestão acadêmica e administrativa;
- Compromisso social de inclusão;
- Processos de cooperação e parceria com o mundo do trabalho;
- Compromisso e relacionamento permanente com os egressos, incentivando a educação continuada.

As orientações e instrumentos propostos na avaliação institucional da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas de Cascavel - UNIVEL estão apoiados na Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, nas Diretrizes Curriculares de cada curso oferecido pela instituição e na Lei nº. 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

Esta avaliação retrata o compromisso institucional com o autoconhecimento e sua relação com o todo, em prol da qualidade de todos os serviços que a instituição oferece para a sociedade. Confirma, também, a sua responsabilidade em relação à oferta de educação superior.

### **3. COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA**

#### **3.1 COMPOSIÇÃO DA CPA**

A CPA (Comissão Própria de Avaliação) da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel instituída pela Portaria Nº 02/2015 de 06 de abril de 2015 tem como membros representantes:

#### **COORDENADOR:**

Elaine Aparecida Wilges Kronbauer

#### **VICE-COORDENADOR:**

Nilson dos Santos Dias

**DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS:**

Neiva Janete Finken Fachinello

Luciana Gabriel Chemim

Lucas Silva

**DOS DOCENTES:**

Caroline de Cássia Francisco Buosi

Oswaldo Mesquita Junior

Lúcio Scherer

**DOS DISCENTES:**

Christian Fernando Bonetti

Douglas Willian Chies

Alessandra Brustolin

**DOS EGRESSOS:**

Heliton Luís Gonçalves

Neiva Salete de Souza Muller

Patrícia dos Santos de Oliveira

**DA SOCIEDADE CIVIL:**

Darci Edival Fagundes da Silva Barbosa

Denise Adriana Martine de Meda

Lucas Daniel Velasco da Silva

**3.2 FUNÇÕES DA CPA**

À CPA compete à condução dos processos internos de avaliação da IES e de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, com as seguintes atribuições:

- Propor e avaliar a dinâmica, os procedimentos e os mecanismos internos da avaliação institucional, da avaliação de cursos e de desempenho dos estudantes;
- Estabelecer diretrizes e indicadores para organização dos processos internos de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações à Diretoria da IES;
- Acompanhar permanentemente e avaliar, anualmente, o Plano de Desenvolvimento Institucional, propondo alterações ou correções, quando for o caso;
- Acompanhar os processos de avaliação desenvolvidos pelo Ministério da Educação - MEC, realizando estudos sobre os relatórios avaliativos institucionais e dos cursos ministrados pela IES;
- Formular propostas para a melhoria da qualidade do ensino desenvolvido pela IES, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos internos de avaliação e nas avaliações realizadas pelo MEC;
- Prestar ao INEP informações quanto à auto-avaliação institucional, às avaliações dos cursos e à avaliação externa da IES, articulando, quando necessário, seu trabalho com as Comissões Avaliadoras designadas pelo MEC.

#### OUTRAS COMPETÊNCIAS DOS MEMBROS DA CPA

- ✚ Mobilizar a participação na comunidade interna e externa do processo de avaliação institucional;
- ✚ Implementar e coordenar o processo de auto-avaliação da Instituição, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES;
- ✚ Organizar e controlar a aplicação dos instrumentos de avaliação em seu campus;
- ✚ Organizar relatório parcial de auto-avaliação institucional;
- ✚ Promover eventos avaliativos;
- ✚ Proceder devolução dos resultados aos sujeitos envolvidos no processo de

- ✚ avaliação;
- ✚ Sugerir propostas de desenvolvimento institucional;
- ✚ Manter arquivo das atividades realizadas.

### 3.3 FUNÇÕES DO COORDENADOR DA CPA

Compete ao Coordenador da CPA:

- Conduzir o processo de avaliação institucional da IES;
- Representar a CPA junto aos órgãos superiores da IES e à Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES;
- Prestar informações solicitadas pela CONAES e pelo INEP;
- Assegurar a autonomia do processo de avaliação; e
- Convocar e presidir as reuniões da CPA.

### 3.4 FUNCIONAMENTO DA CPA

A CPA é nomeada por Portaria da Direção da IES e tem a seguinte composição:

- Um coordenador;
- Um vice - coordenador;
- Três representantes do corpo técnico-administrativo;
- Três representantes do corpo docente;
- Três representantes do corpo discente;
- Três- representante da sociedade civil organizada.

CPA escolhe, dentre seus membros, um Coordenador, em reunião especialmente criada para esse fim. A Constituição da CPA se dará por ato do dirigente máximo da instituição e deve assegurar a participação de todos os segmentos, comunidade universitária e da sociedade civil organizada, sem maioria absoluta de um dos segmentos. Para fins administrativos, a IES disponibiliza à CPA uma estrutura executiva, instalações, equipamentos e materiais necessários ao seu desempenho. Os representantes que integram

a CPA têm mandato de dois anos, podendo haver recondução. Perderá o mandato o membro da CPA que: faltar, injustificadamente, a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) reuniões alternadas, no período de 01 (um) semestre. Todas as decisões da CPA são tomadas pelo voto da maioria simples dos presentes às reuniões. A CPA reúne-se, ordinariamente, uma vez por trimestre e, extraordinariamente, por convocação de seu Coordenador ou pela maioria de seus membros.

#### **4. CONCEPÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

##### **4.1 DIRETRIZES**

A avaliação institucional é um processo desenvolvido pela comunidade acadêmica da Faculdade e ocorrerá com o intuito de promover a qualidade da oferta educacional em todos os sentidos. Neste processo, será considerado o ambiente externo, partindo do contexto no setor educacional, tendências, riscos e oportunidades para a organização; e o ambiente interno, incluindo a análise de todas as estruturas da oferta e da demanda que serão analisadas. O resultado da avaliação na Faculdade norteará a determinação dos rumos institucionais de médio e longo prazo.

As orientações e instrumentos propostos nesta avaliação institucional estão apoiados na Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, nas Diretrizes Curriculares de cada curso oferecido pela Faculdade e na Lei nº. 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

Esta avaliação retrata o compromisso institucional com o autoconhecimento e sua relação com o todo, em prol da qualidade de todos os serviços que a Faculdade oferece para a sociedade. Confirma, também, a sua responsabilidade em relação à oferta de educação superior.

Essa proposta inicia-se com um breve histórico da Faculdade. Em segundo lugar, define os objetivos principais da avaliação. Em terceiro lugar, explicita os mecanismos de integração entre os diversos instrumentos de avaliação. Logo após, apresenta os procedimentos metodológicos que serão utilizados com a definição das etapas do processo.

Em seguida, aponta as tarefas, distribuindo-as entre os setores responsáveis que participarão do trabalho. Depois, propõe uma política de utilização dos resultados da avaliação, na definição dos rumos da Faculdade. Por fim, apresenta um cronograma de trabalho que contempla as ações definidas e os recursos necessários para a execução das mesmas. A lei 10.861/2004 e a Portaria nº 92 de 31/01/2014.

## 4.2 PRINCÍPIOS

A Avaliação institucional realizada pela CPA da UNIVEL tem caráter autônomo com princípios estabelecidos pela Lei nº 10.861/2004.

## 4.3 OBJETIVOS

Implantar e consolidar um processo de avaliação institucional participativa, capaz de oferecer subsídios para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão na UNIVEL.

### 4.3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Garantir um processo de autoavaliação coletivo, contínuo, ético e democrático em consonância com o plano de desenvolvimento institucional da UNIVEL;
- Propiciar a reflexão e revisão dos programas, ações e diretrizes de planejamento e desenvolvimento da instituição.
- Socializar a informação como forma de promover a reflexão a cerca dos indicadores da avaliação;
- Colaborar para a melhoria da qualidade de ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão;
- Sensibilizar a comunidade acadêmica para a necessidade de autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios;

- Fortalecer o compromisso social da instituição tornado mais estreita a relação entre a instituição e a comunidade externa;
- Colaborar para a transparência da instituição em todos os níveis.

#### 4.4 ARTICULAÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COM O PDI E PPCs

A IES deverá se utilizar do processo de avaliação institucional interna e externa, para diagnósticos das atividades desenvolvidas e para tomada de decisões que promovam melhorias quantitativas e qualitativas, de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). A IES deverá aperfeiçoar o sistema informatizado de suporte à comunidade acadêmica e avaliar de forma permanente o projeto pedagógico dos cursos com a participação da comunidade acadêmica, incluindo egressos. O Programa se fundamenta nos valores e missão expressos no PDI e se orienta pelas políticas da UNIVEL.

## 5. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

### 5.1 CONCEITOS

### 5.2 DIMENSÕES OBSERVADAS NA AVALIAÇÃO

A Lei nº 10.861/2004, nº no seu art. 3º, estabelece as dimensões que devem ser foco da avaliação institucional e que garantem simultaneamente a unidade do processo avaliativo em âmbito nacional e a especialidade de cada instituição. O processo avaliativo da IES considera a realidade institucional e sua abrangência, adotando para isso cinco grandes Eixos Temáticos previstos no Instrumento de Avaliação atualizado através da Nota Técnica N. 14/2014. O projeto de avaliação da UNIVEL está organizado de forma a contemplar as dez dimensões estabelecidas pela Lei do SINAES. Conforme estabelecido pelo SINAES o agrupamento em eixos visa facilitar o diálogo entre as atividades que devem ser articuladas no momento da avaliação. Os eixos ficam dispostos da seguinte forma:

**Eixo 1** – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 do SINAES (Planejamento e Avaliação). Inclui também um Relato Institucional, que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), incluindo os

relatórios emanados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), do período que constituiu o objeto de avaliação.

**Eixo 2** – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES.

**Eixo 3** – Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES.

**Eixo 4** – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES.

**Eixo 5** – Infraestrutura Física: contempla a dimensão 7 (Infraestrutura Física) do SINAES

### **Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional**

A missão em termos de coerência com o contexto local, regional e com as a política de desenvolvimento da instituição.

O PDI no que se refere à identidade da instituição, finalidade, compromissos, vocação e inserção no contexto local, regional e/ou nacional. A aderência do PDI à missão e ao contexto em que a instituição está inserida e a articulação do PDI com a avaliação institucional e com as normas internas, a importância da instituição para o desenvolvimento local e regional.

### **Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão**



Políticas de melhoria da qualidade do ensino, políticas de extensão articulada com as demandas da comunidade e coerente com o PDI, coerência das políticas de pesquisas com os objetivos da instituição.

### **Responsabilidade social da IES**

A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere a sua contribuição em relação à inclusão social; ao desenvolvimento sustentável; a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural e a participação da comunidade acadêmica nas iniciativas de responsabilidade socioambiental.

### **Comunicação com a sociedade**

As estratégias e qualidade da comunicação interna e externa identificam as formas de aproximação efetiva entre IES e sociedade, de tal forma que a comunidade participe ativamente da vida acadêmica, bem como a IES se comprometa efetivamente com a melhoria das condições de vida da comunidade. Ao repartir com ela o saber que produz e as informações que detém torna a comunidade protagonista e produz a mudanças necessárias para a melhoria de qualidade de vida da população. Da mesma forma a comunidade integrada à instituição de ensino promove o desenvolvimento da mesma em todos os sentidos. A imagem da instituição nos meios de comunicação social e o acompanhamento da satisfação da comunidade externa são formas de avaliar a essa dimensão.

### **As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo**

As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e as condições e clima de trabalho demonstra as políticas e os programas de formação, aperfeiçoamento e capacitação do pessoal docente e técnico-administrativo, associando-os a planos de carreira condizentes com a magnitude das tarefas a serem desenvolvidas, condições objetivas de trabalho e programas de qualidade de vida.

## **Organização de gestão da IES**

Especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios, avalia os meios de gestão para cumprir os objetivos e processos institucionais, a qualidade da gestão democrática, em especial nos órgãos colegiados, as relações de poder entre estruturas acadêmicas e administrativas.

## **Infraestrutura física**

Especialmente a infraestrutura física de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação. Analisa a infraestrutura da instituição, relacionando-a as atividades acadêmicas de formação, de produção e disseminação de conhecimentos e as finalidades próprias da IES.

## **Planejamento de avaliação**

Planejamento e avaliação, especialmente dos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional. Consideram o planejamento e a avaliação como instrumentos integrados. Esta dimensão está na confluência da avaliação como um processo centrado no presente e no futuro institucional, a partir do balanço de fragilidades, potencialidades e vocação institucionais.

## **Políticas de atendimento aos estudantes**

Analisa a forma com que os estudantes estão sendo integrados à vida acadêmica e os programas por meio dos quais a IES busca atender aos princípios inerentes a qualidade de vida estudantil.

## **Sustentabilidade financeira**

Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior. Avalia a capacidade de gestão e

administração do orçamento e as políticas e estratégias de gestão acadêmica com vistas à eficácia na utilização e obtenção de recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas.

### 5.2.1 CURSOS DE GRADUAÇÃO

<b>DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA</b>	
<b>INDICADOR</b>	<b>RECURSO: DOCUMENTAÇÃO DADOS E INDICADORES</b>
Contexto educacional	Documentos, questionários, grupos focais, reuniões, ouvidoria.
Políticas institucionais ao longo do curso	
Objetivos do curso	
Perfil profissional do egresso	
Estrutura curricular	
Conteúdos curriculares	
Metodologia	
Estágio curricular supervisionado	
Atividades complementares	
Trabalho de conclusão de curso	
Apoio discente	
Ações decorrentes do processo de avaliação do curso	
Atividades de tutoria (EAD)	
Tecnologia de informação e comunicação – TIC – no processo de ensino-aprendizagem	
Material didático institucional (EAD)	
Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes (EAD)	
Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	
Numero de vagas	
Interação com redes pública de ensino (licenciaturas)	

<b>DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE (E TUTORIAL)</b>	
<b>INDICADOR</b>	<b>RECURSO: DOCUMENTAÇÃO DADOS E INDICADORES</b>
Atuação do núcleo docente estruturante (NDE)	
Atuação do coordenador	
Experiência do coordenador de curso em cursos à	

distância (EAD)	Documentos, questionários, grupos focais, reuniões, ouvidoria.
Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do coordenador	
Regime de trabalho do coordenador de curso (presencial)	
Carga horária de coordenador de curso	
Titulação do corpo docente do curso	
Titulação do corpo docente do curso – Percentual de doutores	
Regime de trabalho do corpo docente do curso	
Experiência profissional do corpo docente	
Experiência no exercício da docência na educação básica (licenciaturas)	
Experiência de magistério superior do corpo docente	
Relação entre o número de docentes (equivalente a 40 h) e o número de estudantes (EAD)	
Documentos, questionários, grupos focais, reuniões, ouvidoria. Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente	
Produção científica, cultural, artística ou tecnológica	
Titulação e formação do corpo de tutores do curso (EAD)	
Experiência do corpo de tutores do curso em educação à distância (EAD)	
Relação docente e tutores – presenciais e a distância (EAD)	

<b>DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA</b>	
<b>INDICADOR</b>	<b>RECURSO: DOCUMENTAÇÃO DADOS E INDICADORES</b>
Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral - TI	Documentos, questionários, grupos focais, reuniões, ouvidoria.
Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos	
Sala de professores	
Sala de aula	
Acesso dos alunos a equipamentos de informática	
Bibliografia básica	
Bibliografia complementar	
Periódicos especializados	
Laboratórios didáticos especializados: quantidade	
Laboratórios didáticos especializados: qualidade	

Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades do núcleo (Direito)	
--	--

<b>REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS</b>	
<b>INDICADOR</b>	<b>RECURSO: DOCUMENTAÇÃO DADOS E INDICADORES</b>
Diretrizes Curriculares Nacionais de curso	Documentos, questionários, grupos focais, reuniões, ouvidoria.
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana	
Titulação do corpo docente	
Núcleo Docente Estruturante (NDE)	
Denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia	
Carga horária mínima, em horas	
Tempo de integralização	
Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida	
Disciplina obrigatória/optativa de libras	
Prevalência da Avaliação Presencial para EAD	
Políticas de Educação Ambiental	

### 5.2.2 INSTITUCIONAL – IES

<b>EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL</b>	
<b>DIMENSÃO 8: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO</b>	
<b>INDICADOR</b>	<b>RECURSO: DOCUMENTAÇÃO DADOS E INDICADORES</b>
Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional	Documentos, questionários, grupos focais, reuniões, ouvidoria.
Projeto/processo de autoavaliação institucional	
Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica	
Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados	
Elaboração do relatório de autoavaliação	

**EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

**DIMENSÃO 1 DO SINAES (MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL) E 3 (RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO)**

INDICADOR	RECURSO: DOCUMENTAÇÃO DADOS E INDICADORES
Missão institucional, metas e objetivos do PDI	Documentos, questionários, grupos focais, reuniões, ouvidoria.
Coerência entre o PDI e as práticas de extensão	
Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.	
Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.	
Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas a inclusão social e para o desenvolvimento econômico e social	
Coerência entre o PDI e as ações de responsabilidade social: inclusão social	
Coerência entre o PDI e as ações afirmativas de defesa dos direitos humanos e igualdade étnico-racial	
Internacionalização: coerência entre o PDI e as ações institucionais	

**EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS**

**DIMENSÕES 2 DO SINAES (POLÍTICAS PARA O ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO), A 4 (COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE) E 9 (POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES)**

INDICADOR	RECURSO: DOCUMENTAÇÃO DADOS E INDICADORES
Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação	Documentos,
Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós graduação lato senso	
Políticas institucionais e ações acadêmico administrativas para a pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural	

Políticas institucionais e ações acadêmico administrativas para a Extensão	questionários, grupos focais, reuniões, ouvidoria
Políticas institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural	
Comunicação da IES com a comunidade externa	
Comunicação da IES com a comunidade interna	
Programas de atendimento aos estudantes	
Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e a produção discente.	
Políticas de ações de acompanhamento dos egressos	
Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico	

#### EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO

DIMENSÕES 5 DO SINAES (POLÍTICAS DE PESSOAL), 6 (ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO) E 10 (SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA)

INDICADOR	RECURSO: DOCUMENTAÇÃO DADOS E INDICADORES
Política de formação e capacitação docente	Documentos, questionários, grupos focais, reuniões, ouvidoria
Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo	
Gestão institucional	
Sistema de registro acadêmico	
Sustentabilidade financeira	
Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional	

#### EIXO 5: INFRAESTRUTURA FÍSICA

DIMENSÃO 7 (INFRAESTRUTURA FÍSICA)

INDICADOR	RECURSO: DOCUMENTAÇÃO DADOS E INDICADORES
Instalações administrativas	
Salas de aula	
Auditório	
Sala de professores	

Espaço para atendimento ao aluno	Documentos, questionários, grupos focais, reuniões, ouvidoria
Infraestrutura para CPA	
Gabinete/estações de trabalho para professores em tempo integral – TI	
Instalações sanitárias	
Biblioteca: infraestrutura física	
Biblioteca: serviços e informatização	
Biblioteca: plano de atualização do acervo	
Salas de apoio de informática ou infraestrutura equivalente	
Recursos de tecnologia de informação e comunicação	
Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.	
Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços	
Espaço de convivência e de alimentação	

REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS	
INDICADOR	RECURSO: DOCUMENTAÇÃO DADOS E INDICADORES
Alvará de funcionamento	Documentos, questionários, grupos focais, reuniões, ouvidoria
Auto de vistoria do corpo de bombeiros (AVCB)	
Manutenção e guarda do Acervo Acadêmico	
<i>Portaria Nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013</i>	
Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. <i>Conforme disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos, Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003</i>	
Plano de Cargos e Carreira Docente	
<b>Titulação do corpo docente</b>	
<b>Faculdades:</b> No mínimo docentes com formação em pós-graduação lato sensu.	
<i>Lei 9.394/96</i>	
<b>Regime de trabalho do corpo docente</b>	
Forma Legal de Contratação dos Professores	



<p>Comissão Própria de Avaliação (CPA).</p> <p><i>Lei N° 10.861, de 14 de abril de 2004.</i></p>	<p>Documentos, questionários, grupos focais, reuniões, ouvidoria</p>
<p>DCNS para Educação das Relações étnico- raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.</p> <p><i>Lei 9394/96, com redação dada pelas Leis N° 10.639/2003 e 11.645/2008 e na Resolução CNE/CP N° 1/2004</i></p>	
<p>Políticas de Educação Ambiental.</p> <p><i>Lei N° 9.795/1999, no Decreto N° 4.281/2002 e na Resolução CP/CNE N° 2 de 2012.</i></p>	
<p>Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos.</p> <p>Parecer CNE/CP N° 8/2012 e no Parecer CP/CNE N° 8, de 06/03/2012 que originou a resolução CP/CNE N° 1, de 30/05/2012.</p>	

### 5.3 AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)

A avaliação da EAD segue as políticas institucionais de avaliação descritas neste documento e as diretrizes do SINAES. Serão realizadas as coletas de dados, análise dos resultados, devolutiva para o setor responsável pela EAD e para instâncias superiores. A CPA realizará o acompanhamento das ações necessárias para melhoria contínua do processo.

### 5.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS E INDICADORES

A avaliação é realizada durante todo ano letivo e conta com a utilização de diversos métodos e instrumentos, definidos conforme as necessidades e exigências da IES. Os instrumentos de avaliação foram elaborados, socializados e consolidados pela Comissão Própria de avaliação.

#### 5.4.1 QUESTIONÁRIOS

Em momentos específicos, serão realizadas pesquisas com a aplicação de questionários e perguntas objetivas. Essa pesquisa tem como função investigar a opinião e percepção dos alunos, professores e funcionários sobre a qualidade dos cursos, infraestrutura, gestão e da IES como um todo. A aplicação do questionário será realizada por meio de programa específico, com preenchimento *online*, ou seja, alunos, docentes e funcionários respondem o questionário de avaliação em qualquer computador com acesso à internet.

Os alunos respondem o questionário de autoavaliação, avaliação do curso, avaliação do coordenador, avaliação da disciplina, avaliação do professor e avaliação dos setores administrativos e infraestrutura. Os docentes respondem o questionário de autoavaliação, de avaliação da instituição, dos setores administrativos e infraestrutura, avaliação do aluno e do coordenador de seu curso. Os funcionários realizam a autoavaliação, avaliação da instituição e da infraestrutura. Nos formulários de avaliação do discente, docente e funcionários, além das questões objetivas, será disponibilizado um espaço adicional para críticas, elogios e sugestões. Todo processo deve ser conduzido de forma democrática e participativa, garantindo amplas discussões da comunidade acadêmica.

O questionário deverá ser respondido por todos os professores e discentes seguintes cursos: Administração, Gestão Comercial, Gestão Financeira, Artes, Pedagogia, Ciências Contábeis, Jornalismo, Direito, Tecnologia em Análise de Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Gastronomia, Tecnologia em Gestão Ambiental, Tecnologia em Logística, Tecnologia em Processos Gerenciais, Tecnologia em Recursos Humanos e Publicidade e Propaganda. Serão aplicados questionários para os cursos em EAD e também para a pós-graduação também serão aplicados os questionários de avaliação.

Os resultados obtidos através do instrumento questionário serão tabulados e analisados pela CPA. Os relatórios serão encaminhados, primeiramente, aos coordenadores de curso, professores e responsáveis por setores administrativos da IES. Posteriormente, os relatórios serão discutidos com todos os líderes das turmas. Os coordenadores recebem as avaliações discentes e docentes para que possam proceder as discussões sobre os resultados com os professores. Já os professores realizam a discussão dos resultados com os alunos,

em sala. Os responsáveis pelos setores administrativos receberão a avaliação e devem discutir com seus funcionários. Serão realizados diversos diálogos sobre os resultados da avaliação com a comunidade acadêmica e Direção da IES.

Os dados devem demonstrar o percentual de participação por parte da comunidade acadêmica no processo de avaliação e o diagnóstico da IES dado pela comunidade acadêmica.

#### 5.4.2 ANÁLISE DOCUMENTAL

A CPA se utilizará também de análise documental para compor os dados. Estes, por sua vez, serão analisados pela Comissão e devidamente registrados e disponibilizados. Os documentos serão identificados através de Check List.

#### 5.4.3 OUVIDORIA

A CPA contará, ainda, com a ouvidoria, departamento criado especialmente para ouvir todas as manifestações e questionamentos da comunidade acadêmica, este canal estará disponível para atendê-la para recepção de sugestões, dúvidas e reclamações, encaminhando-as aos setores envolvidos para pronta solução e, ainda, acompanhando todo o processo até seu desfecho. Esse canal está aberto o ano todo no site da IES. A Ouvidoria atende acadêmicos, professores, funcionários e tem por objetivo fazer uma avaliação qualitativa da percepção dos estudantes no andamento do seu curso e da IES de modo geral. Os dados da ouvidoria serão confrontados com os dados dos questionários e deve possibilitar mais um canal de comunicação para comunidade acadêmica externar suas percepções em relação à IES.

#### 5.4.4 GRUPO FOCAL

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) utilizará as técnicas de entrevistas ou reuniões com grupos de alunos, professores e funcionários, os chamados **grupos focais**, para a coleta de informações de caráter qualitativo sobre a faculdade. As entrevistas serão

realizadas com roteiros semiestruturados. Essa iniciativa pretende criar mais um espaço de escuta para a comunidade acadêmica expressar suas percepções e sugestões relacionadas à instituição. O número de entrevistados deve garantir uma amostragem significativa para uma análise confiável e representativa dos resultados. As informações colhidas nas entrevistas serão registradas pelo entrevistador, devidamente treinado para garantir a validade das informações descritivas. Todos os participantes serão informados previamente ao início das coletas sobre os objetivos desta pesquisa, bem como após a análise serão informados dos resultados encontrados. Os entrevistados em nenhum momento do processo terão seus nomes divulgados

## 5.5 SENSIBILIZAÇÃO

No processo de autoavaliação a sensibilização busca o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões, palestras, entre outros. A sensibilização deve ser um processo contínuo tanto nos momentos iniciais quanto na continuidade dos processos de avaliação pois, sempre haverá novos alunos, professores ou técnicos administrativos iniciando sua participação no processo. Outras estratégias de sensibilização da comunidade acadêmica para o processo de avaliação definidas pela Comissão serão discutidas com membros da comunidade acadêmica (coordenadores, professores, líderes de sala) e devem ocorrer por meio de campanha em site específico para divulgação das ações e atividades da CPA, materiais impressos, banners, painéis, entre outros.

## 5.6 DIAGNÓSTICO

Os resultados obtidos com as avaliações serão tabulados e analisados pela CPA. Os relatórios serão encaminhado e disponibilizados para toda comunidade acadêmica. Para os coordenadores de curso, professores e responsáveis por setores administrativos da IES. Posteriormente, os relatórios serão discutidos com todos os líderes das turmas. Os coordenadores recebem as avaliações discentes e docentes para que possam proceder as

discussões sobre os resultados com os professores. Já os professores realizam a discussão dos resultados com os alunos, em sala. Os responsáveis pelos setores administrativos receberão a avaliação e devem discutir com seus funcionários. Serão realizados diversos diálogos sobre os resultados da avaliação com a comunidade acadêmica e Direção da IES.

Serão analisados os pontos fortes e as fragilidades da IES e sugeridas ações necessárias a melhoria contínua da IES.

## **6. AVALIAÇÃO EXTERNA**

### **6.1 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO ESTUDANTES (ENADE)**

É de suma importância estimular o aluno para a importância da avaliação interna e externa. Salientar ao aluno a responsabilidade e a consciência do papel da avaliação, seja interna quanto externa, sobretudo no que tange a responsabilidade dos alunos no Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE). As coordenações dos cursos juntamente com os professores devem atuar como agente disseminador da cultura avaliativa dentro da IES. A Avaliação deve ser vista como instrumento de melhoria contínua para ensino, pesquisa e extensão. A Comissão Própria de Avaliação CPA deve atuar como agente de consolidação dessa cultura e apoiar as coordenações nas ações relacionadas ao ENADE junto aos docentes e discentes. Os resultados do ENADE serão acompanhados e analisados pela CPA.

### **6.2 PLANO DE AÇÃO DE MELHORIAS E ACOMPANHAMENTO AVALIAÇÃO EXTERNA DE CURSOS – AUTORIZAÇÃO, RECONHECIMENTO OU RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO.**

A instituição receberá comissão de especialistas do INEP/MEC de Renovação, Reconhecimento e Autorização para as quais é fundamental o acompanhamento e atuação da CPA durante todas as etapas do processo.

### **6.3 AVALIAÇÃO EXTERNA INSTITUCIONAL – CREDENCIAMENTO E RECDENCIAMENTO**

A CPA participará efetivamente dos processos de credenciamento e reconhecimentos da IES.

## **7. CONSOLIDAÇÃO**

### **7.1 RELATÓRIO ANUAL DE AUTOAVALIAÇÃO**

Em cumprimento à Portaria Normativa do MEC Nº 40/2007, atualizada em 2010 a UNIVEL postará em 31 de março de cada ano, no Sistema e-MEC, seu Relatório de autoavaliação institucional. O Relatório será elaborado pela Comissão de Avaliação Institucional, CPA da UNIVEL, em conformidade com as orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

### **7.2 RELATO INSTITUCIONAL**

Além do Relatório Anual de Autoavaliação a CPA acompanha e analisa todos os dados obtidos, relatórios emitidos e documentos institucionais e as ações e resultados obtidos. A partir destes dados propõe melhoria e elabora o relato institucional.

## **8. DIVULGAÇÃO**

A Divulgação e sensibilização da comunidade interna e externa devem ser feitas de diferentes formas: reuniões com membros da comunidade, site específico para divulgação das ações e atividades da CPA, informativos, banners, painéis de divulgação entre outros.

## **9. METAS PARA A CPA 2015-2017**

Em relação às metas da CPA estão estabelecidas:

- Definir e acompanhar indicadores acadêmicos e administrativos, com vistas a dar suporte para melhorar as realizações institucionais.

- Promover a coleta, organização, processamento de informações, elaboração de relatórios das atividades referentes à avaliação de cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais.
- Dimensionar os pontos fortes e fracos, com o intuito de (re)dimensionar e (re)orientar a gestão acadêmica e administrativa.
- Providenciar a divulgação dos resultados da Avaliação Institucional por múltiplos meios, eletrônicos e/ou impressos.
- Criar espaço para que ocorra uma ampla discussão sobre o processo de avaliação institucional, viabilizando informações para que o processo avaliativo se desenvolva e se torne mais rico a cada ano.
- Estabelecer novos rumos para as ações da UNIVEL a partir dos resultados das avaliações interna e externa.
- Promover a meta-avaliação do Programa de Avaliação Institucional.
- Acompanhar as ações e políticas do Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior (SINAES), bem como prestar as informações quando solicitadas ao órgão federal competente.

## 9.1 PLANO DE AÇÃO

Para melhor atendimento às necessidades da UNIVEL e também para maior eficiência do processo avaliativo, a CPA construiu um plano de ação, o qual se apresenta a seguir:

<b>OBJETIVO</b>	<b>Organizar e proceder o processo avaliativo.</b>	
<b>Meta</b>	<b>Ações</b>	<b>Cronograma</b>
Promover a autoavaliação institucional, a avaliação de cursos de graduação, bem como a avaliação do trabalho docente e autoavaliação discente. Realizar a coleta da percepção dos técnicos administrativos.	Coleta da percepção dos agentes do ensino de graduação e pós-graduação.	Primeiro e segundo semestre de cada ano.  Primeiro semestre: questionários.  Segundo semestre: grupos focais.  Contínua ouvidoria.

<p>Promover a análise de dados apresentados nos relatórios de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, de credenciamento da instituição; analisar o resultado do ENADE e os dados apresentados no Censo Superior.</p>	<p>Análise dos indicadores de desempenho da Universidade.</p>	<p>Segundo semestre de cada ano.</p>
<p>Analisar e reformular os instrumentos de avaliação em consonância com os instrumentos do INEP e com a especificidade da UNIVEL.</p>	<p>Reuniões e estudos da Comissão Própria de Avaliação.</p>	<p>Contínuo</p>
<p>Divulgar o processo de avaliação por meio de reuniões, seminários, boletins informativos, cartazes, folders, banners, intranet e outras mídias eletrônicas. Divulgar o resultado da avaliação por meio de feedbacks individualizados, envio de memorandos, utilização dos recursos midiáticos, bem como em reuniões do conselho superior e do colégio de dirigentes, dentre outras possibilidades.</p>	<p>Analisar todos os mecanismos de divulgação e sua eficácia.</p>	<p>Contínuo com abordagens mais pontuais em determinados períodos.</p>
<p>Realizar as reuniões com a direção da IES, docentes, discentes, técnicos administrativos e representantes da sociedade, a fim de divulgar o processo avaliativo, bem como prestar esclarecimentos sobre a legislação concernente à avaliação interna e sobre a amplitude avaliativa do</p>	<p>Reuniões na IES</p>	<p>Períodos determinados entre as avaliações no primeiro e segundo semestre de cada ano.</p>



SINAES.		
<b>OBJETIVO</b>	<b>Qualificar e promover a formação continuada dos membros da CPA.</b>	
<b>Meta</b>	<b>Ações</b>	<b>Cronograma</b>
Realizar encontros periódicos dos membros da CPA com vistas à capacitação e atualização dos conhecimentos.	Organizar o calendário para 2015, 2016, 2017.	Contínuo
Participar de cursos, seminários, congressos e outros eventos promovidos por instituições externas relacionados à avaliação institucional.	Organizar o calendário para 2015, 2016, 2017.	Contínuo
<b>OBJETIVO</b>	<b>Acompanhar as ações de melhoria realizadas pela IES decorrentes dos resultados da autoavaliação.</b>	
<b>Meta</b>	<b>Ações</b>	<b>Cronograma</b>
Identificar os pontos frágeis e encaminhá-los aos responsáveis por cada setor, para que tomem as devidas providências.	Fazer análise e devolutiva dos resultados.	Ação contínua
Propor ações contínuas de melhoria de desempenho. Organizar encontros com a comunidade acadêmica para discussão dos resultados e proposição de ações de melhoria.	Reuniões com comunidade acadêmica para relatar e discutir os dados, assim como propor melhorias.	Ação contínua
<b>OBJETIVO</b>	<b>Participar do processo de implementação das ações propostas 2015-2017</b>	
<b>Meta</b>	<b>Ações</b>	<b>Cronograma</b>
Participar de reuniões para monitoramento e avaliação da implementação do PDI para o período 2015-2017	Formar grupos de estudos e analisar documentação.	Ação contínua
Contribuir com informações relevantes para o monitoramento da qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação.		Ação contínua

<p>Propor ações para a efetiva implementação do PDI na instituição, especialmente no que se refere à qualidade dos cursos bem como melhorias nas condições de trabalho dos servidores dos técnicos administrativos.</p>	<p>Reavaliar e acompanhar o PDI.</p>	<p>Ação contínua</p>
---	--------------------------------------	----------------------

## 9.2 Etapas do Desenvolvimento

1. Definição de grupos de trabalho
2. Definição do escopo da autoavaliação
3. Desenvolver instrumentos de avaliação para o levantamento de indicadores necessários ao processo avaliativo abrangendo as dimensões de gestão, políticas para docentes, políticas para discentes, estrutura física, política de pessoal, políticas de ensino, pesquisa e extensão.
4. Elaboração e proposição dos instrumentos de avaliação;
5. Consolidação do instrumento avaliativo;
6. Socialização dos instrumentos entre membros da Comissão própria de avaliação.
7. Determinação de metodologia de aplicação;
8. Execução da Avaliação segundo as dimensões da autoavaliação institucional;
9. Aplicação dos instrumentos;
10. Análise e sistematização das informações;
11. Análise dos resultados;
12. Definição e elaboração de relatórios.

## 10. BALANÇO CRÍTICO DA CPA

A CPA se propõe a elaborar relatórios destacando os pontos fortes e pontos fracos a serem trabalhados pela gestão da IES. Esses relatórios devem resultar em ações de melhoria contínua.

## 11. FONTES BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Avaliação externa das instituições de educação superior: diretrizes e instrumento.** Brasília: MEC/CONAES/INEP. 2006.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 92, de 31 de janeiro de 2014. **Aprova em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação.** Brasília: MEC/2014. (DOU nº 24 terça-feira, 4 de fevereiro de 2014, Seção 01, Página 5).